

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.486, DE 2019

Institui a Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC).

**Autor:** Deputado TIRIRICA

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe institui a **Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC)**.

Justificando sua iniciativa, o autor assim se expressa:

Nosso projeto de lei, ao instituir a Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC), pretende estimular ações do Poder Público e da sociedade civil que contornem os problemas encontrados pelos circenses para o pleno exercício de sua cidadania e ofereçam apropriadas condições de sobrevivência aos circos brasileiros. Pretendemos organizar e efetivar, assim, o apoio do Poder Pública a essa preciosa manifestação da nossa cultura, assim como aos artistas que lutam para que a atividade circense sobreviva, com alegria e dignidade, para muitas e muitas gerações de brasileiros.

A proposição foi distribuída à Comissão de Cultura (CCULT), à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e a este colegiado, estando sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinário.

O projeto recebeu parecer pela aprovação, com emenda, na Comissão de Cultura. A emenda visa, segundo o colega Relator naquela Comissão, o aperfeiçoamento da técnica legislativa dos artigos que fazem parte do capítulo IX do projeto.



Já na CFT, aquele órgão técnico decidiu

pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.486/2019 e da Emenda adotada pela Comissão de Cultura; e, no mérito, pela aprovação PL nº 3.486/2019 e da Emenda adotada pela CCULT.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e da emenda/CCULT.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, IX e § 1º), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, caput).

Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material da Constituição de 1988.

Nada temos a opor quanto à juridicidade da proposição e sua técnica legislativa.

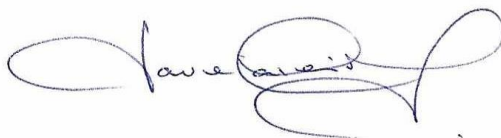
Quanto à emenda/CCULT, a mesma não apresenta problemas jurídicos e, de fato, aperfeiçoa a redação do projeto como alega o seu autor. Na redação final, entretanto, a emenda deverá ser adaptada aos ditames da LC nº 95/98, com a supressão do número na redação proposta para o art. 12 da proposição principal. E só.



Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.486, de 2019, com a redação dada pela emenda/CCULT.

É o voto.

Sala da Comissão, em 02 de outubro de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-14674

